

O acordo Brasil-Ucrânia e a insulina NPH oferecida aos brasileiros com diabetes via SUS: um dossiê de escândalos

Agosto de 2017

Introdução

O diabetes é uma doença crônica que, de acordo com estimativas da OMS – Organização Mundial da Saúde, atinge mais de **14 milhões de brasileiros**¹, o que corresponde a cerca de 7% da população. Desses, estima-se que **2 milhões façam uso da insulina humana recombinante NPH oferecida pelo SUS** – Sistema Único de Saúde², dependendo exclusivamente do Governo para realizar o controle da doença, cujas complicações incluem problemas cardiovasculares, doença renal, amputações e cegueira, dentre outros.

Devido à crescente demanda – estimativas indicam que, em 2040, serão 23 milhões de brasileiros com diabetes¹ – o Ministério da Saúde tem buscado formas de garantir a oferta cada vez maior desse tipo de medicamento a custos cada vez menores, dentre elas a criação de PDPs – Parcerias de Desenvolvimento Produtivo com empresas estrangeiras, prevendo a compra de medicamentos em troca da transferência de tecnologia dessas empresas para laboratórios nacionais.

Mesmo não caminhando conforme planejado – de acordo com reportagem publicada pela Folha de S.Paulo em fevereiro deste ano, das 86 PDPs vigentes na ocasião, apenas duas haviam sido totalmente concluídas³ –, o Ministério da Saúde não só tem insistido como, também, renovado algumas dessas parcerias, mesmo com claros prejuízos para a população.

É o caso da **parceria com a empresa ucraniana Indar**. Firmado em 2006, o acordo comercial entre os governos brasileiro e ucraniano, que posteriormente converteu-se em uma PDP, previa a **transferência de tecnologia da insulina humana NPH para Farmanguinhos e aquisição de 18.000.000 frascos do medicamento** ao longo desse período. **Além de não se concretizar, uma vez que a parceria não resultou na fabricação de um único frasco de insulina NPH em Farmanguinhos, a empresa “parceira” está envolta em escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro na Ucrânia e denúncias sobre irregularidades nos testes clínicos para aprovação dos medicamentos.** A importação das insulinas chegou a ser suspensa pela Anvisa,

em 2008, devido a "risco evidente à qualidade, segurança e eficácia dos produtos", o que significa que os mais de US\$ 100 milhões investidos pelo Brasil à época do acordo resultaram, até o momento, na compra de uma insulina de baixa qualidade e cujo volume não atende à demanda do mercado brasileiro. Em 2017, prosseguindo com o acordo, Farmanguinhos – parceiro inicial do Indar na PDP – irá repassar a responsabilidade da produção de insulina para a Bahiafarma, o que significa que, **12 anos depois, voltamos à estaca zero.**

A fim de defender os interesses das pessoas com diabetes e prezar pelo acesso de todos à saúde, A ANAD – Associação Nacional de Atenção ao Diabetes, por meio deste documento, explicita os principais pontos pelos quais repudia a continuidade da parceria entre o Governo brasileiro e a empresa ucraniana, que privilegia interesses de terceiros em detrimento da saúde e bem-estar dos brasileiros com diabetes.

Prof. Dr. Fadlo Fraige Filho – Presidente da ANAD

Fiocruz e Indar: o início das negociações

Em junho de 2003, uma comissão da Ucrânia visitou a Fiocruz buscando estreitar relações nas áreas científica, tecnológica e comercial no que dizia respeito a produtos farmacêuticos. Identificou-se, a partir de então, a possibilidade de cooperação na área de insulina, já que a Ucrânia havia investido, recentemente, em uma empresa modelar e de economia mista: o Indar. Negociações subsequentes culminaram na assinatura do acordo entre os dois países, em 2006, criando o Projeto Insulina Brasileira.

O contrato de **R\$ 208 milhões** com o Indar incluía, além da transferência da tecnologia recombinante de produção de cristais de insulina (com duração prevista de 44 meses), a importação de 500 mil frascos/mês do produto para abastecimento do mercado interno por 40 meses. Além do investimento inicial, seriam necessários **R\$ 64,7 milhões⁴** para adaptação da planta que passaria a produzir insulina genuinamente brasileira.

A transação, portanto, prometia bons frutos: a transferência de conhecimento necessário à produção industrial deveria ocorrer até 2010 e favoreceria pelo menos 500 mil

brasileiros com diabetes.⁵ Até lá, o Brasil compraria insulina ucraniana – comercializada naquele país ao preço de US\$ 12/frasco – por US\$ 6,10/frasco, representando uma economia de mais de R\$ 203 milhões aos cofres públicos ao longo dos anos seguintes.⁴ Posteriormente, Farmanguinhos (e sua planta estabelecida de acordo com padrões internacionais) abasteceria o mercado público brasileiro, garantindo a redução de custos e facilitando o abastecimento interno.

Os primeiros problemas

O registro da insulina humana recombinante NPH concedido ao Indar, em março de 2007, marcou o início da transferência de tecnologia para Farmanguinhos. **Até 2008, porém, a parceria pouco havia avançado.** De acordo com o Comitê Técnico de Farmanguinhos, **o Indar apresentava dificuldades para responder a questionamentos técnicos básicos** – fato que ficou claro em depoimento do próprio diretor do Indar, que, na ocasião, afirmou que *“a equipe ucraniana não tinha experiência em transferência de tecnologia, sugerindo que o método de trabalho fosse revisto”*.⁴

Em agosto do mesmo ano, outra surpresa: **a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária suspendeu a importação de insulina da Ucrânia** alegando *“risco evidente à qualidade, segurança e eficácia dos produtos”*. Segundo comunicado oficial, a decisão não foi relacionada à qualidade dos produtos, mas, sim, à mudança de endereço da fábrica na Ucrânia para um local que não havia sido inspecionado pela Agência (de Kiev para L’viv).⁴

A distribuição de 1.000.000 de frascos de insulina recebidos nas últimas importações também foi suspensa e testes que comprovassem que a qualidade do produto não se alterara desde a primeira inspeção foram exigidos.

O fato acendeu um alerta sobre a qualidade das insulinas. Em 8 de agosto de 2008, dia seguinte à suspensão, o jornal Folha de S.Paulo⁶ publicou uma reportagem denunciando que **“a qualidade da insulina ucraniana vem sendo colocada em xeque por grupos de apoio a diabéticos e associações médicas brasileiras por causa de um relatório, feito por uma comissão médica do Ministério da Saúde da Ucrânia em 2005, que constatou irregularidades nos testes**

clínicos. O documento de seis páginas, ao qual a Folha teve acesso por meio de uma associação ucraniana, aponta desde a falta de qualificação da empresa para certificar estudos pré-clínicos até a não utilização de centros de pesquisa regulamentados na Ucrânia para esse fim. Afirma também que os dados obtidos tanto nos estudos pré-clínicos como nos clínicos são insuficientes para garantir a segurança do uso da medicação. Questiona ainda que os resultados apresentados em tabelas para diferentes tipos de insulina sejam idênticos, o que levaria a duvidar da veracidade das informações. O relatório diz que há a quebra de sequência e até a falta de páginas do documento usado para submeter o registro do produto na Ucrânia e que os dados clínicos são escassos, se comparados aos padrões mundiais – a insulina foi testada apenas em um grupo de 15 a 30 pacientes em três centros”. A notícia foi recebida com alarde e gerou preocupação em toda a comunidade, especialmente pelas pessoas que utilizavam tais medicamentos para tratar o diabetes.

Dias depois, o então Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, garantiu, em entrevista para a imprensa, que a insulina importada da Ucrânia não apresentava risco à saúde. Mesmo assim, em setembro do mesmo ano, Farmanguinhos e Indar, de comum acordo, decidiram interromper a transferência de tecnologia até que a inspeção da Anvisa fosse realizada e o certificado de Boas Práticas de Fabricação - BPF fosse concedida para a retomada das importações.

No início de 2009, a imprensa noticiou que Farmanguinhos pretendia retomar, em março daquele ano, o projeto de transferência de tecnologia com o Indar. Segundo Eduardo Costa, diretor-geral do laboratório na época, a Anvisa havia “admitido o erro”⁷ após a suspensão da importação da insulina ucraniana meses antes. “Eles alegaram não ter tido tempo para ir fazer a inspeção à nova fábrica”, foi como Eduardo Costa classificou a decisão da agência, resumindo um problema de qualidade e segurança a uma mera visita à fábrica.

Retomada de parceria

Em outubro de 2011, a parceria Brasil – Ucrânia foi renovada durante visita do presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, ao Brasil sob a manchete de que, graças à renovação, “o Ministério da Saúde conseguiu garantir um dos menores preços no mundo de insulina NPH” e

que “*umas das ações desse acordo é a produção no país de insulina*”⁸. A notícia, veiculada no Blog da Saúde – Ministério da Saúde (canal oficial do Governo), apresentava **duas grandes incoerências**:

1. O acordo inicial entre Farmanguinhos e Indar, assinado em 2006, previa que a **transferência de tecnologia** que tornaria o país “autossuficiente” na produção de insulina ocorresse **até 2010**. Essa informação foi amplamente noticiada pelas partes envolvidas no acordo e consta na **4ª edição do Cadernos de Farmanguinhos**⁴, publicação oficial do laboratório. Então por que, anos depois, esse fato foi noticiado por Alexandre Padilha, então Ministro da Saúde, como novidade? O que de fato ocorreu nos quatro anos anteriores, para quando a transferência de tecnologia estava prevista? Até o momento, ninguém soube responder.
2. Na mesma publicação consta que “*a produção em Farmanguinhos não propõe suprir o Ministério da Saúde com 100% das demandas, mas apenas 50% [...]*”. A notícia de 2011, no entanto, afirma que “*a produção via transferência de tecnologia ucraniana para o Brasil atende a 25% da demanda brasileira*”. Noticiaram que o país seria autossuficiente, quando – se plenamente executada – a parceria só atenderia 50% da demanda e, agora, esse número caiu para 25%. Quais seriam, então, os resultados efetivos do investimento de **mais de 200 milhões de reais feitos na parceria?**

Indar na Ucrânia: insulina de má qualidade

Enquanto o Governo brasileiro tentava, de diversas formas, obter algum resultado palpável com essa parceria, o **Indar era alvo de investigações na Ucrânia** que colocavam em xeque muito mais do que a qualidade de suas insulinas.

As suspeitas tiveram início em 2012, quando, subitamente, **a empresa passou a vencer licitações** “*como uma mega-corporação com um nome reconhecido mundialmente, vencendo tudo o que era possível e se preparando para subjugar tudo o que se movesse*”, como afirma uma reportagem-denúncia do jornal ucraniano Mirror Weekly.⁹ A matéria afirmava, ainda, que

o Indar chegou a fechar um contrato para produção de medicamentos para HIV/Aids e tuberculose, mesmo tendo sido concebida como uma fábrica de insulinas. Como isso seria possível?

Entre 2012 e 2013, diversos questionamentos sobre o Indar foram trazidos à tona pela imprensa ucraniana. A empresa foi acusada, por exemplo, de **revender tiras** para glicosímetros ao Ministério da Saúde ucraniano por **preços exorbitantes**. A situação foi classificada por um jornal local como “*o verdadeiro exemplo de corrupção e desfalque de propriedade estatal com a ajuda do mais alto escalão. Isso mostra não só que roubamos muito e abertamente - mas também sem medo*”.¹⁰ A **capacidade produtiva** da fábrica também foi **posta em xeque** – a previsão para 2012 era de apenas 950 mil frascos de insulina e 711 mil cartuchos (carpules), o que correspondia a **menos de um mês de operação da planta**. Mesmo assim, a parceria com o Brasil, por exemplo, não só permanecia como a próxima etapa previa a **exportação de 3,5 milhões de frascos de insulina** para o país – **quantidade quase 4 vezes maior do que a previsão de produção da fábrica para o ano** –, ainda que o preço de venda não fosse rentável, uma vez que era duas vezes menor que o preço praticado no mercado ucraniano.¹¹

O Kyiv Post, em setembro de 2013, publicou¹² detalhes de uma investigação sobre o Indar conduzida pelo *Anticorruption Action Centre* em parceria com legisladores ucranianos membros da *Global Organization of Parliamentarians Against Corruption* (GOPAC). De acordo com a reportagem:

- Em 2012, a lei de contratos públicos havia deixado de ser aplicável às empresas estatais ucranianas – o que, para o setor farmacêutico (e o Indar), significou a possibilidade de **segredo completo** sobre como e de onde eram adquiridos os medicamentos vendidos ao Ministério da Saúde. Ou seja, a empresa poderia produzi-lo ou **simplesmente comprá-lo e revendê-lo sem transparência alguma**.
- No mesmo ano, o Indar assinou um contrato com a empresa *Altona Trade Agency LLP* para a compra de fitas para teste de glicose – um contrato de quase US\$ 2 milhões. Na mesma data, o Ministério da Saúde anunciou uma licitação para a compra da exata quantidade do produto e, dois meses depois, anunciou o Indar como vencedor do contrato, realizando à companhia 100% do pagamento

de forma adiantada. Em contrapartida, o Indar transferiu dinheiro para a *Altona*, que imediatamente quitou suas dívidas. Um claro jogo de interesse com dinheiro público – colocando em risco a saúde dos cidadãos ucranianos.

- O parlamentar Lesya Orobets abriu um inquérito solicitando a lista de medicamentos fornecidos pelo Indar ao Ministério da Saúde ucraniano, a fim de encontrar evidências de que a empresa contava com “instalações próprias de fabricação”. Violando a lei, o diretor do Indar, Vyshnevskya, **se recusou a fornecer as informações**. Viktor Chumak, chefe da GOPAC, então solicitou que Vyshnevskya fosse levado à justiça por obstruir o trabalho de um membro do parlamento. Vyshnevskya passou a ser investigado e, caso considerado culpado, poderia ser condenado a até três anos de prisão.

A parceria do Indar com Farmanguinhos foi destaque não apenas na imprensa ucraniana, mas, também, investigada por instituições locais. Em um documento anônimo elaborado por um funcionário do Indar constavam as seguintes denúncias¹³:

- A quantidade de cristais de insulina necessária para cumprir o acordo com o Brasil (160kg) e para abastecer o mercado interno (45-50 kg) seria de aproximadamente 205kg por ano; a fábrica do Indar, no entanto, contava com equipamentos e tecnologia necessários para produzir apenas 25kg por ano – ou seja, **12% do total necessário**. Isso significa que **o Indar não tinha a capacidade produtiva necessária nem mesmo para abastecer o mercado interno ucraniano**, quanto mais para fornecer produtos em larga escala, como previa o contrato com o Brasil.
- O acordo era claro ao afirmar que *“a parte ucraniana se comprometia a entregar **apenas** produtos/substâncias nacionais e insulina acabada produzida **apenas** com substâncias nacionais”*¹³. No entanto, o Indar não tem capacidade produtiva para atender o acordo nesse formato (como sinalizado acima) e, por isso, passa a comprar matéria-prima de Dongbao, na China – um **descumprimento de contrato em âmbito internacional**. A empresa chinesa, então, sugere que o Brasil passe a comprar a matéria-prima diretamente de Dongbao, reduzindo o

preço final e retirando o Indar como intermediário. Vishnevskaya pressiona os membros do Indar envolvidos na parceria, forçando-os a enganar os auditores brasileiros responsáveis pelas inspeções na empresa, traindo o acordo.

- A matéria-prima produzida por Dongbao foi registrada na Ucrânia como “*nonsterile genetically engineered substance for production of substance*” (substância geneticamente modificada não esterilizada para produção de substância, em tradução livre), sendo requerida uma purificação adicional durante o processo produtivo – o que demandaria o uso de componentes caros. Essa purificação adicional, no entanto, era realizada somente no papel. Ou seja, **o Indar recebia verba pública destinado à compra desses componentes, mas a compra não era realizada**. Além desse ponto, há um questionamento ainda mais importante: como confiar em uma empresa capaz de falsificar informações relacionadas à procedência da matéria-prima utilizada em seus produtos? Como garantir que esses medicamentos são de qualidade e não colocam a vida dos pacientes em risco?

Ao que parece, todo o escândalo no qual o Indar estava envolvido na Ucrânia não chegou aos ouvidos de Farmanguinhos, seu parceiro brasileiro, já que em 2013 – no auge das investigações – o laboratório afirmou que a partir daquele ano “*o Brasil iniciará a produção de cristais de insulina [...] O Ministério da Saúde adquiriu mais 3,5 milhões de frascos do medicamento, quantitativo que será entregue ao país no próximo mês de abril e poderá chegar a 10 milhões de frascos até dezembro, se necessário. As medidas estão asseguradas pela parceria entre o Ministério da Saúde e o laboratório ucraniano Indar – um dos três produtores de insulina no mundo*”.¹⁴ Durante meses, a imprensa brasileira deu destaque à notícia, evidenciando o grande negócio feito pelo Ministério da Saúde.

Indar na Ucrânia: corrupção e lavagem de dinheiro

Em dezembro de 2015, a **Associação Internacional de Diabetes da Ucrânia** (associada à IDF – International Diabetes Federation), redigiu uma carta de notificação¹⁵ **reiterando sua**

preocupação com a qualidade dos medicamentos produzidos pelo Indar. Além dos questionamentos já conhecidos até o momento – falta de testes pré-clínicos e clínicos devidamente realizados na insulina; dúvidas sobre instalações industriais para a produção de substâncias geneticamente modificadas e sua capacidade; patentes relacionadas às cepas da bactéria *Escherichia coli*, utilizadas na produção da insulina; e todas as informações relacionadas à produção e verificação das canetas DarPen –, mais uma denúncia grave é feita.

De acordo com informações confidenciais levantadas pela Associação, em outubro de 2014, **o Indar substituiu os rótulos da insulina Humodar B100P, produzida naquele mês e destinada ao mercado brasileiro, por rótulos em ucraniano, de modo a não perder o lote do produto – que, de acordo com as regras vigentes no Brasil, já estava com seu prazo expirando. Aproximadamente 30 mil frascos foram mantidos em água quente por quase 24 horas para facilitar a substituição dos rótulos e, então, viabilizar a comercialização das insulinas no mercado ucraniano.** Essa ação não apenas viola regras básicas de produção de medicamentos, como também coloca em risco a vida de milhares de pessoas que utilizam esses medicamentos, visto que eles foram expostos a condições inadequadas de manipulação.

Em setembro de 2016, a **Corte de Kiev** – Distrito de Shevchenkivskiy **registrou uma investigação sobre o Indar** para apurar, além das denúncias relacionadas à importação de substâncias não purificadas como purificadas para a produção de insulina, a existência de um grande esquema de lavagem de dinheiro, que envolvia outras empresas¹⁶ – situação mencionada acima conforme denúncia anônima de funcionário do próprio Indar. A investigação pré-julgamento revelou que, entre 2012-2015, funcionários da empresa conspiraram a fim de roubar fundos do Estado, alocado para produção, processamento e fornecimento de medicamentos para instituições médicas da Ucrânia, e criaram um mecanismo de importação de substâncias purificadas como não purificadas, falsificando documentos.

A nova fase da parceria Brasil-Ucrânia

Em 2015, a PDP entre Farmanguinhos e Indar foi extinta – dessa vez sem ampla comunicação à opinião pública –, mas o acordo de cooperação internacional se manteve, de

forma a não prejudicar as atividades técnicas (absorção de tecnologia) e o fornecimento de insulina humana recombinante NPH.

Apesar dos escândalos internacionais e flagrantes irregularidades, o assunto ficou longe dos holofotes até o início de 2017 quando, em março, o **Ministério da Saúde anunciou que a PDP de Farmanguinhos com o Indar seria redistribuída para Bahiafarma.**¹⁷ O acordo contemplaria a transferência de tecnologia do laboratório ucraniano para o brasileiro – mesmo acordo feito com Farmanguinhos e que, 12 anos depois, não saiu do papel. Mesmo assim, o Indar conseguiu fechar mais um acordo com o Governo brasileiro. Em maio, uma comitiva da Ucrânia – incluindo a atual presidente, Liubov Vishnevskaya – visitou a área na qual está prevista a instalação da unidade de manufatura do insumo, em Salvador (BA), que já está em obras; e, em julho, a Anvisa concedeu à Bahiafarma o registro para produção e distribuição de insulina humana recombinante NPH em território nacional. **É importante reforçar que a redistribuição foi realizada sem uma nova concorrência, sendo que um produto de uma PDP extinta deveria ser incluído na lista de insumos estratégicos para que houvesse ampla oportunidade de proposta entre indústrias privadas e laboratórios públicos.**

A nova fase da parceria Brasil-Ucrânia é noticiada pela imprensa brasileira ao mesmo tempo que a imprensa ucraniana veicula notícias como:

- **A máfia farmacêutica de Dmitry Podturkin financia os terroristas do LDNR** (*Ukrainian Independent News Portal*)¹⁹: *“Em 2012, Alexander Yanukovich formou um grupo criminoso organizado, que controlou o mercado farmacêutico ucraniano. Este grupo inflou artificialmente os preços dos medicamentos e, assim, ganhou mais de US\$ 1,5 bilhão. De acordo com Sergei Kravchenko, chefe do conselho da Câmara Médica Nacional da Ucrânia, essa pirâmide corrupta ainda é administrada hoje por Alexander Yanukovich, e seu protegido D. Podturkin manteve o controle por meio do Indar.”*
- **Serviço de Segurança da Ucrânia tem acesso às contas do Diretor Adjunto do Indar** (*Novosti*)²⁰: *“O caso está relacionado ao período de 2012-2016, quando funcionários do Indar tiraram proveito de fundos públicos para fins pessoais. O esquema consistiu na compra de matérias-primas purificadas da Tonghua*

Dongbaoimport & Export Co Ltd (China) sob o pretexto de matéria-prima não purificada [...]”

- **Diretora adjunta do Ministério da Saúde ucraniano e sua família no centro de escândalo sobre lavagem e dinheiro** (Your Health)²¹: *“Os gerentes do Indar criaram um mecanismo (incluindo o uso de documentos falsificados) para a importação de uma substância purificada para a fabricação de insulina sob a forma de substância não purificada. Depois disso, manipulando os documentos, a substância foi purificada apenas no papel – o que permitiu inflar seu custo para aproximadamente 700 mil UAH por 1 kg”.*

Enquanto isso, **parte dos brasileiros com diabetes** que fazem tratamento por meio do Sistema Único de Saúde – SUS continuam **recebendo insulina humana NPH proveniente do acordo com a Ucrânia**, conforme consta no Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Aliceweb).

Documentos obtidos via LAI – Lei de Acesso à Informação indicam que o contrato entre Farmanguinhos e Indar exige que o medicamento tenha **85% do prazo de validade na sua entrega**. No entanto, registros de compra mostram que esse critério **não tem sido cumprido**. Os lotes do último embarque (dispensa de licitação 14/2016), por exemplo, foram produzidos entre janeiro e março/2015 e apresentam datas de expiração entre janeiro e março/2018, o que significa entre **42% e 48% do prazo de validade** - não atendendo, portanto, os critérios previstos em contrato.

Há evidências adicionais de que a insulina advinda da parceria Farmanguinhos-Indar distribuída neste momento em postos de saúde em Estados e Municípios brasileiros foi fabricada em 2014 e apresenta prazo de validade máximo de novembro de 2017, ou seja, **pouco mais de três meses**. A embalagem, descolorida e com manchas, sugere que o acondicionamento do produto pode não ter sido feito de maneira apropriada, **colocando em risco a segurança e saúde dos pacientes**.



Conclusões

- Com base em todos os fatos apresentados acima, é evidente não só o envolvimento do Indar em escândalos de corrupção na Ucrânia, mas principalmente em **práticas irresponsáveis** envolvendo a fabricação de seus produtos, colocando em risco a vida de milhares de pessoas. É inaceitável que o Ministério da Saúde mantenha a parceria com uma empresa **acusada de forjar estudos clínicos, falsificar documentos, substituir rótulos e disponibilizar medicamentos próximos a data de validade**, como apontam as evidências levantadas neste documento, colocando em risco a vida de cidadãos ucranianos e de cerca de **2 milhões de brasileiros** que, atualmente, fazem uso da insulina humana NPH oferecida pelo SUS para tratamento do diabetes.
- A ANAD busca, trazendo esses fatos à tona, um **posicionamento oficial** do Ministério da Saúde e respostas aos questionamentos que surgiram desde o início da PDP com o Indar e que, até o momento, carecem de conclusões: qual o estágio da transferência de tecnologia para os laboratórios nacionais? Por que o acordo com o Indar é constantemente renovado mesmo, após 12 anos, não tendo apresentado nenhum resultado concreto ao país? Quais os frutos do investimento de milhões de reais realizado nessa parceria? Quem comprova a qualidade da insulina ucraniana, desconhecida pela comunidade médica mundial? **Quem está prezando pela saúde e segurança dos brasileiros com diabetes?**
- A ANAD reforça sua preocupação com as consequências que a manutenção do acordo entre Brasil e Ucrânia podem acarretar a esses 2 milhões de brasileiros e segue defendendo todos aqueles que trabalham por uma sociedade justa e transparente e que **não coloque interesses de terceiros acima da saúde de sua população**. Entre as consequências, alertamos para **potenciais riscos de desabastecimento** de um medicamento essencial para a vida das pessoas com diabetes e suas consequências catastróficas do ponto de vista clínico, social e político.

Referências Bibliográficas

1. Federação Internacional de Diabetes – IDF. Atlas do Diabetes – 7ª edição, 2015. Disponível em www.idf.org/about-diabetes/facts-figures. Último acesso: 22/08/2017.
2. Estimativa baseada nas vendas de insulina humana NPH ao mercado público.
3. Folha de S.Paulo. Mesmo com parcerias atrasadas na Saúde, governo lança outra rodada, 1/2/2017. Disponível em www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2017/02/1854689-mesmo-com-parcerias-atrasadas-na-saude-governo-lanca-outra-rodada.shtml. Último acesso: 22/08/2017.
4. Ferreira, Bárbara. Cadernos de Farmanguinhos 4 - Produção Pública de Insulina, 2009. Disponível em www2.far.fiocruz.br/farmanguinhos/images/producaoinsulinabarbara.pdf. Último acesso: 22/08/2017.
5. Portal Fiocruz. Fiocruz vai produzir insulina brasileira até 2010, 7/11/2007. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/pt-br/node/2055>. Último acesso: 22/08/2017.
6. Folha de S.Paulo. Compra de insulina da Ucrânia é suspensa, 22/8/2008. Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2208200825.htm. Último acesso: 22/08/2017.
7. Portal Protec. Fiocruz retoma projeto de produção de insulina da Ucrânia, 20/2/2009. Disponível em www.protec.org.br/farmacos-e-medicamentos/20563/fiocruz-retoma-projeto-de-producao-de-insulina-da-ucrania. Último acesso: 22/08/2017.
8. Ministério da Saúde. Brasil renova parceria com a Ucrânia e reduz preço de insulina, 26/10/2011. Disponível em www.blog.saude.gov.br/29017-brasil-renova-parceria-com-a-ucrania-e-reduz-preco-de-insulina.html. Último acesso: 22/08/2017.
9. Mirror Weekly 18. Indar of Family Medicine Epoch, 24/5/2013. Disponível em <http://mw.ua/>. Último acesso: 22/08/2017.
10. Ukrainian Truth. “Will Mr. Pshonka and a head of ‘Indar’ go to jail?”, 22/7/2013. Disponível em <http://www.pravda.com.ua/>
11. Apteka Online. Indar: A New Old Player on the Insulin Market, 25/06/2012. Disponível em www.apteka.ua. Último acesso: 22/08/2017.
12. Kyiv Post. Nation’s sickest fall victim to corruption, 5/9/2013. Disponível em www.kyivpost.com/article/opinion/op-ed/nations-sickest-fall-victim-to-corruption-329054.html. Último acesso: 22/08/2017.
13. Situation at the INDAR Private Joint-Stock Company Producing Insulin Preparations - documento anônimo elaborado por funcionário do Indar.
14. Fiocruz. Brasil vai começar a produzir cristais de insulina ainda em 2013, 24/01/2013. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/brasil-vai-come%C3%A7ar-produzir-cristais-de-insulina-ainda-em-2013>. Último acesso: 22/08/2017.
15. International Diabetes Association of Ukraine. Letter of Notification to the Chairman of Committee of the Verkhovna Rada of Ukraine on Corruption Prevention and Counteraction Ehor Viktorovych SOBOLEV, 9/12/2015.
16. Case No. 761/29136/16-k; Proceeding No. 1-ks/761/17839/2016. Shevchenkivskiy District Court of Kyiv.
17. Alagoinhas Hoje. Bahiafarma é autorizada a quebrar monopólio sobre venda de insulina, 2/3/2017. Disponível em www.alagoinshoje.com/bahiafarma-e-autorizada-a-quebrar-monopolio-sobre-venda-de-insulina/. Último acesso: 22/08/2017.
18. Folha Geral. Comitativa da Ucrânia conhece instalações da Bahiafarma e projeta unidade de fabricação de insulina, 20/5/2017. Disponível em www.folhageral.com/noticia/bahia/2017/05/comitativa-da-ucrania-conhece-instalacoes-da-bahiafarma-e-projeta-unidade-de-fabricacao-de-insulina/#axzz4q2PKzAme. Último acesso: 22/08/2017.

19. Ukrainian Independent News Portal. Farmaceuticheskaya mafiya Dmitriya Podturkina finansiruet terroristov LDNR. Disponível em http://uinp.info/novyny_ukraine/farmaceuticheskaya_mafiya_dmitriya_podturkina_finansiruet_terroristov_ldnr. Último acesso: 22/08/2017.
20. Novosti. Sotrudniki sbu poluchili dostup k schetam zamdirektora indara. Disponível em [ВІННИЦА.info novosti.vn](http://vinnitsa.info/novosti.vn). Último acesso: 22/08/2017.
21. Your health. Diretora adjunta do Ministério da Saúde ucraniano e sua família no centro de escândalo sobre lavagem e dinheiro, 30/03/2017.